

HABEAS CORPUS Nº 570.307 - SP (2020/0078882-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : SILVIO DE LIMA
ADVOGADO : SÍLVIO DE LIMA - SP100713
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : IGOR MOURA TRAD (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de IGOR MOURA TRAD no qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Consta dos autos que o paciente foi condenado, como incurso no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas), ao cumprimento da pena de 10 anos de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 1.000 dias-multa.

O paciente e outros corréus "*guardavam, tinham em depósito e transportavam, para fins de tráfico, 165 (cento e sessenta e cinco) tijolos de maconha, pesando aproximadamente [111,650kg – cento e onze quilos e seiscentos e cinquenta gramas]; 10 porções de maconha, acondicionadas em invólucros plásticos, pesando aproximadamente [5,400kg – cinco quilos e quatrocentos gramas]; 08 porções de maconha, acondicionadas em invólucros plásticos. Ademais, nas mesmas circunstâncias de tempo e local, na cidade de Hortolândia, o paciente e os corréus supra citados, em unidade de propósitos e identidade de desígnios, também possuíam e guardavam 04 balanças de precisão; 01 liquidificador; 01 saco plástico com substância de cor branca não identificada, pesando aproximadamente [170g – cento e setenta gramas]; 46 sacos com diversas eppendorfs vazios; e 41 tubos de ensaio, objetos e produtos destinados à fabricação, preparação, produção e transformação de drogas. Os policiais ainda localizaram a quantia de R\$ 7.655,00 (sete mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais), em um armário no local dos fatos, bem como as importâncias de R\$ 385,00 (trezentos e oitenta e cinco reais) com os investigados, R\$ 1.860, 00 (mil, oitocentos e sessenta reais) com Thiago, R\$ 187,00 (cento e oitenta e sete reais) com Henderson e R\$ 40,00*

Superior Tribunal de Justiça

(*quarenta reais*) com *Maurício*" (e-STJ fls. 78/79).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, pendente de julgamento.

A presente impetração funda-se na morosidade para o julgamento do recurso defensivo.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator